

Educação de Infância. Alargar horizontes, repensar práticas - Editorial

Prestes a terminar o ano de 2024, o lançamento do número temático da *Revista Aprender*, inteiramente dedicado à Educação de Infância (EI), coincide com um conjunto de eventos cuja importância aqui se evocam por terem contribuído para a visibilidade social da pequena infância e por terem dado azo a que a sua educação em creches e jardins de infância (JI) viesse a acontecer. Recuamos então ao passado para assinalar 1924 como o ano em que a Sociedade das Nações adota a Declaração de Genebra sobre os Direitos das Crianças, a primeira tentativa formal de estabelecer direitos específicos e universais para as crianças, aí se incluindo o direito à educação. E sobre essa data, avançamos 50 anos para, em Portugal, sublinharmos “as portas que Abril abriu” para também consagrar a proteção e a educação como direitos fundamentais da infância, e disso ter gerado mudanças profundas no panorama e na condição social e cultural das crianças dos 0 aos 6 anos. A traços largos, em meio século, de 1974 a 2024, a educação pré-escolar (EPE) tornou-se a norma da infância para as crianças dos 3-6 anos e as oportunidades de acesso e usufruto da creche por crianças até aos 3 anos ganharam, mais recentemente, estatuto de relevo nas agendas políticas, mediáticas e educativas (Ferreira, Tomás, Rocha & Nazário, 2023). No caso da EPE, de acordo com dados estatísticos atuais pode dizer-se que a sua universalização já é um dado adquirido para os 5 anos, com uma taxa de pré-escolarização, em 2021/2022, de 99,8% (DGEEC, 2023), seguida de perto para as crianças de 4 anos, com uma taxa de 96%, e as de 3 anos, já alcançava 81.9% (DGEEC, 2023). Estes números significam que, a par da família, o lugar social das crianças dos 3 aos 6 anos, em Portugal, é no JI onde permanecem longas jornadas diárias (CNE, 2023). Esta norma da infância, atestando a crescente massificação da EPE não é, no entanto, isenta de tensões entre uma educação centrada na pré-escolarização (Ferreira & Tomás, 2018; 2021) que, por isso, subtrai às crianças o pulsar da vida e do mundo, e outras perspetivas que assumem na experiência da complexidade da vida a substância viva própria da educação, aí se incluindo as experiências das crianças. No caso da creche, assinala-se também a crescente frequência, que, em 2023, atingiu 43,8% (EDUSTAT, 2024), associada à sua gratuidade e a elaboração do primeiro documento educativo destinado a referenciar o trabalho em creche – *Orientações Pedagógicas para Creche* (Marques et al., 2024). Contudo, persistem dificuldades de acesso das famílias à creche e os respetivos impactos nos quotidianos familiares e laborais, bem como de reconhecimento social do trabalho profissional das/os educadoras/es.

Fazendo justiça ao Centenário da Declaração de Genebra e aos 50 anos da democracia portuguesa, presidiu à organização deste número temático o propósito de ‘alargar horizontes’ acerca do campo da EI a partir de perspetivas teóricas em que Ciências da Educação e Estudos Sociais da Infância dialogam, dando a conhecer um conjunto de pesquisas qualitativas recentes realizadas em creche e em JI em Portugal e



no Brasil. Os artigos que aqui se reúnem abordam questões pertinentes da EI que, indo desde as concepções e ações de educadoras/es às relações entre crianças, captam ângulos de observação e de análise que expressam a diversidade, a densidade, e, portanto, a riqueza de uma educação que, enquanto direito, é relacional, holística e inclusiva (Nowak-Łojewska, O’Toole, Regan, & Ferreira, 2019), e potencia a ação transformadora dentro e fora da EI.

Dos seis artigos que compõem este número, os três primeiros atentam às perspetivas das/os profissionais escutando-as acerca da construção das suas identidades mediante entrevistas e entrevistas focalizadas de grupo. Os três artigos restantes privilegiam a compreensão das perspetivas das crianças em práticas inerentes à alimentação, ao brincar e à genderização e racialização das suas relações sociais, tendo por base etnografias.

O artigo de Isabel Tomázio Correia, *“Mapear (alguns) traços identitários de educadoras de infância a intervir no contexto de creche: tecer elos entre o pensar, sentir e agir”*, ao dar conta de como as educadoras procuram atribuir uma especificidade fundamentada à creche, desenvolvendo um discurso intencional sobre a educação naquele contexto, questiona a visão assistencialista ao mesmo tempo que explora o profissionalismo docente em Portugal.

Nesta linha, o artigo de Bárbara Tadeu e Amélia Lopes *“O brincar como atividade central na educação de infância”*, dá conta das perceções e dinâmicas identitárias de educadoras de infância portuguesas a trabalhar em creche, desvelando como estas são atravessadas por processos de negociação, adaptação e outros fatores biográficos e relacionais, e seus efeitos na educação e cuidados dos bebés.

Já no artigo intitulado *“A importância do jogo no ambiente educacional infantil”*, Elsa Mendanha, Teresa Sarmiento e Sara Duarte problematizam e discutem o brincar e as suas finalidades no quotidiano de um JI português recorrendo a práticas que são partilhadas pela educadora numa rede social.

Juliana Lessa, em *“Olha! Essa daqui parece uma montanha com um pouquinho de mar” – Dimensões sociais da alimentação: um olhar por dentro da infância*, aborda os momentos da alimentação entre as crianças no refeitório de uma instituição de EI pública no Brasil, analisando a apropriação que fazem das regras sociais e a sua comunicação não verbal para enfatizar a autonomia e a expressão infantil nas práticas alimentares.

Lucilene Moraes Agostinho e Márcia Buss-Simão, no artigo *“- Oi meu amigo, dá aqui um abraço”*: entrelaçamento afetivos, étnico-raciais e de género nas relações sociais num contexto de educação infantil”, analisam as relações entre crianças de 4 e 5 anos de um JI no Brasil para darem conta de como as dimensões afetivas, étnico-raciais e de género se entrecruzam e influenciam a construção das suas identidades.

“Onde brincam as crianças? Espaços (d)e participação das crianças ao ar livre”, foi a interrogação que Joana Pinto se propôs descobrir seguindo atrás de crianças de um JI privado, em Portugal, que costumavam brincar em espaços ao ar livre para discutir, a partir das suas escolhas, a interrelação daqueles espaços com a participação infantil.

Estes artigos, a maioria tendo como autoras educadoras de infância em atividade, mostram as suas preocupações com uma profissionalidade informada, fundamentada, refletida e crítica, em permanente atualização, capaz de desafiar o lugar periférico que o trabalho desenvolvido com crianças até aos 3 anos continua a assumir no panorama

nacional, mas também com o 'repensar práticas' em que a EI, longe de se reduzir ou esgotar nas atividades dentro da sala, igualmente se dá nas relações que acontecem no refeitório ou nas saídas para o parque e outros espaços fora de muros, desemparedando as crianças (Tiriba, 2005) - e, com isso, mostrando que é possível 'alargar horizontes'.

Cientes de que a proposta destes artigos está longe de esgotar as discussões e os desafios possíveis que a EI coloca na sociedade contemporânea, esperamos que a sua leitura suscite o interesse em 'repensar práticas'. Ou seja, a curiosidade e o desejo das/os profissionais para converterem o verso de Alberto Caeiro "a espantosa realidade das coisas é a minha descoberta de todos os dias" numa espécie de lema para uma EI viva, criativa e vibrante. E a cultivarem a atenção às crianças e aos mais variados modos destas se "dizerem"- afinal, as razões de ser do seu trabalho -; uma exigência cuja satisfação desafia os/as adultos/as a um estado de inquietação pessoal e profissional no sentido de se repensarem e às suas práticas pedagógicas como educativas e suficientemente ousadas para romperem com a mesmice e se renovarem a partir das mudanças sociais em curso e da novidade que as crianças trazem o tempo todo.

Catarina Tomás | Manuela Ferreira

Referências

CNE. (2023). *Estado da educação 2022*. Conselho Nacional de Educação.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2023). *Educação em números: Portugal 2023*. DGEEC. <https://estatisticas-educacao.dgeec.medu.pt>

EDUSTAT (2024). *Taxa de escolarização de crianças entre os 0 e os 3 anos*. <https://www.edustat.pt/indicador?id=497>

Ferreira, M., Tomás, C., Rocha, C., & Nazário, R. (2023). A institucionalização de um sistema separado no atendimento à infância em Portugal (1974-2023): o lugar da creche. *Revista Portuguesa de Educação*, 37(1), e24010. <https://doi.org/10.21814/rpe.31973>

Ferreira, M., & Tomás, C. (2021). Neoliberalismo, educação de infância e o mito de Procusto: Políticas e práticas em Portugal. *Zero-a-Seis: Perspectivas de Pesquisa na Educação Infantil: 30 anos de trajetória*, 23(44), 1449–1473. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.202.e79719>

Ferreira, M., & Tomás, C. (2018). “O pré-escolar faz a diferença?” Políticas educativas na educação de infância e práticas pedagógicas. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(2), 68-84. <https://doi.org/10.21814/rpe.14142>

Marques, A. (Coord.), Azevedo, A., Marques, L., Folque, M. A., & Araújo, S. B. (2024). *Orientações pedagógicas para creche*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação. <https://tinyurl.com/wntpw4uc>

Nowak-Łojewska, A., O’Toole, L., Regan, C., & Ferreira, M. (2019). “To learn with” in the view of holistic, relational, and inclusive education. *Kwartalnik Pedagogiczny*, 251, 151-62. <https://doi.org/10.5604/01.3001.0013.1856>

Tiriba, L. (2005). *Crianças, Natureza e Educação Infantil*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Catarina Tomás

ctomas@eselx.ipl.pt

Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9220-964X>

Manuela Ferreira

manuela@fpce.up.pt

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE),
Universidade do Porto, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4512-1669>